



## Relatorio de resultados 2021 Brasil

Ferramenta de autodiagnóstico de  
acessibilidade para museus



Museus federais  
administrados pelo  
Instituto Brasileiro  
de Museus (Ibram)

**Edição 2021**

Programa Ibermuseos  
[www.iber museos.org](http://www.iber museos.org)

Ministério do Turismo  
Secretaria Especial de Cultura  
Instituto Brasileiro de Museus  
(Ibram)

© Textos: IBRAM e Observatório  
Ibero-Americano de Museus

© Foto da capa:  
Entrada do Museu Imperial;  
créditos: Sylvana Lobo/Ibram





Este relatório apresenta os resultados do diagnóstico da acessibilidade dos 31 museus federais de gestão pública do governo brasileiro, administrados pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), realizado a partir da ferramenta de autodiagnóstico em acessibilidade em museus desenvolvida pelo Programa Ibermuseos através de seu Observatório Ibero-Americano de Museus. O projeto, realizado no âmbito da cooperação na região, visa estimular a adoção de medidas para a eliminação de barreiras de modo a tornar as instituições museológicas ibero-americanas plenamente acessíveis.

Dentre os 31 (trinta e um) museus do Instituto Brasileiro de Museus - Ibram, que compõe o levantamento deste relatório, 3 (três) são unidades vinculadas a outros 2 (dois) museus, do próprio Ibram. São eles: Casa Cláudio de Souza e Casa Geyer subordinados ao Museu Imperial, e Palácio Rio Negro, subordinado ao Museu da República, todos no estado do Rio de Janeiro.

Esses espaços, embora vinculados à outras unidades museológicas, encontram-se em instalações arquitetônicas e endereços de visitação distintos do museu ao qual se vinculam, possuindo denominação própria, programação, acervo e público independentes.



# Índice

05	Prefácio
07	Introdução. A situação da acessibilidade nos museus brasileiros
11	Apresentação e fundamentação do projeto
16	Acessibilidade nos museus Ibero-Americanos Institucionalidade Regulamentos legais Descrição da amostra recolhida para estudo
20	Resultados do estudo por tema e em geral Edifício Sinalização Exposições Comunicação Segurança Consulta Capacitação Admissão de pessoal Avaliação Gestão Resultados gerais: Cumprimento de Normas e Boas Práticas (CNBP)
33	Sugestões de melhoria
35	Seleção de exemplos de boas práticas de acessibilidade
37	Comentários e considerações de desempenho.
39	Conclusões e recomendações gerais
41	Glossário
44	Bibliografia de interesse sobre acessibilidade



# Prefácio

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) estima que na região Ibero-Americana vivam cerca de 90 milhões de pessoas com deficiência. Embora tenham sido feitos grandes progressos para sua plena integração, ainda há muitos desafios a serem enfrentados para se alcançar uma sociedade sem barreiras. A definição de marcos globais que pautem objetivos e metas comuns revelam-se fundamentais para obter resultados significativos em matéria de inclusão e acessibilidade.

A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada em 2006 pela Assembleia Geral das Nações Unidas e posteriormente ratificada por todos os países Ibero-Americanos, representou uma mudança de paradigma na promoção e proteção da igualdade para todas as pessoas, envolvendo ativamente os governos e estimulando a criação de organismos dedicados à promoção da igualdade de direitos. Como consequência, os progressos foram notáveis e determinaram a incorporação do tema nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, cujo lema “Que ninguém fique para trás” é revelador do empenho em promover a plena inclusão.

No marco da Conferência Ibero-Americana, realizaram-se várias Cúpulas sobre o tema da deficiência. Foi o caso da XIII Cúpula de Santa Cruz de la Sierra (Bolívia, 2003), que adotou o lema “Inclusão social, motor do desenvolvimento da Comunidade Ibero-Americana”, as Cúpulas realizadas em 2007 (XVII) em Santiago do Chile (Chile) e em 2010 (XX) em Mar del Plata (Argentina), cujos slogans proclamavam “Coesão social e políticas sociais para alcançar sociedades mais inclusivas na América Latina” e “Educação para a Inclusão Social”, respectivamente, e a Cúpula mais recentemente realizada em La Antigua, Guatemala (XXVI, 2018) com o tema “Uma Ibero-América próspera, inclusiva e sustentável”.

Combater a discriminação e promover a igualdade de oportunidades, procurando contribuir eficazmente para uma mudança de atitudes da sociedade face às reais potencialidades das pessoas com deficiência para participar nas atividades econômicas, sociais e culturais deve ser pressuposto *sine qua non* na atualidade.

Estes princípios estão subjacentes, de forma inequívoca, no trabalho de Programas Ibero-Americanos como o IBERMUSEUS, cujo Objetivo Estratégico 2

(Fortalecimento da função social dos museus) contempla a promoção da inclusão de grupos historicamente excluídos, incluindo grupos étnico-raciais, mulheres e pessoas com deficiência, entre outros, como um elemento essencial. Com esta premissa, o IberoMuseus incorpora, transversalmente e na globalidade do seu trabalho, uma perspectiva integradora que incentiva a eliminação de barreiras, tendo concebido um projeto específico centrado na promoção da acessibilidade das instituições museológicas Ibero-Americanas.

Neste contexto, o Programa IberoMuseus, através do seu Observatório Ibero-Americano de Museus (OIM), elaborou uma *Ferramenta de autodiagnóstico de acessibilidade para museus* que permite às instituições proceder à autoavaliação de acessibilidade e que, simultaneamente, sensibiliza para aspetos essenciais da matéria, ainda que tendo a consciência que a instalação de muitos museus em edifícios com proteção patrimonial seja uma condicionante à plena inclusão.

Com efeito, melhorar a acessibilidade nos museus tem sido considerado um objetivo fundamental do IberoMuseus, incluindo-se neste âmbito não apenas a acessibilidade do espaço, de circulação e de exposição, mas também dos acervos, dos programas e das atividades promovidas pelos museus, tendo por base um conceito de acessibilidade alargado não só a espaços físicos e arquitetónicos, mas também intelectuais e sensoriais. O grau de relevância de um museu e de significado de uma visita para o público depende, em grande medida, da forma como o museu trata o acesso físico e intelectual dos seus públicos<sup>1</sup>.

Esse projeto do OIM constitui um primeiro passo no sentido de apontar o caminho para a superação desses obstáculos, na medida em que traça um diagnóstico inicial da acessibilidade nos museus da Ibero-América e aponta recomendações e boas práticas com o objetivo de melhorar as condições de acolhimento dos visitantes e de propor novas e mais leituras participadas e contatos com os museus e seus acervos<sup>2</sup>.

---

1. Fonte: <http://www.ibermuseos.org/wp-content/uploads/2020/05/museus-e-acessibilidade-por.pdf> (página 15)

2. Fonte: <http://www.ibermuseos.org/wp-content/uploads/2020/05/museus-e-acessibilidade-por.pdf> (página 5)

# Introdução. A situação da acessibilidade nos museus brasileiros

Para se entender a situação da acessibilidade nos museus brasileiros é necessário percorrer os últimos quinze anos em que foram elaboradas e promulgadas legislações que trouxeram significativas mudanças para o setor museal.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007, foram ratificados pelo Brasil em 2008 e o governo brasileiro promulgou a referida convenção para sua validade em território nacional com o Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. O decreto tornou-se um marco legal fundamental para a elaboração de legislações e políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência.

A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, a Lei Brasileira de Inclusão, mais conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, baseou-se na Convenção da ONU e apresentou inovações a respeito dos direitos a autonomia na vida pessoal e profissional para as pessoas com deficiência intelectual e um capítulo exclusivamente dedicado ao acesso à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer. O capítulo IX - Do Direito à Cultura, ao Esporte, ao Turismo e ao Lazer – em seu art. 42 afirma que é direito da pessoa com deficiência o acesso:

- I a bens culturais em formato acessível;
- II a programas de televisão, cinema, teatro e outras atividades culturais e desportivas em formato acessível; e
- III a monumentos e locais de importância cultural e a espaços que ofereçam serviços ou eventos culturais e esportivos.

Em seu parágrafo 2º afirma-se ainda: “O poder público deve adotar soluções destinadas à eliminação, à redução ou à superação de barreiras para a promoção do acesso a todo patrimônio cultural, observadas as normas de acessibilidade, ambientais e de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional”.

Uma iniciativa fundamental do governo brasileiro com foco em acessibilidade em museus para pessoas com deficiência foi contemplada pela Lei nº 12.343 de 2 de dezembro de 2012, que estabelece o Plano Nacional de Cultura, cuja vigência até dezembro de 2020 foi prorrogada até dezembro de 2022. O Plano Nacional de Cultura tem por finalidade o planejamento e implementação de políticas públicas de longo prazo voltadas à proteção e promoção da diversidade cultural brasileira. No Plano constam 53 metas para a área da cultura a serem atingidas até 2022.

Fachada do Museu da Abolição, Recife, Pernambuco; créditos: Sylvana Lobo/Ibram



A meta 29 tem o objetivo focado em acessibilidade:

Meta 29 – 100% de bibliotecas públicas, **museus**, cinemas, teatros, arquivos públicos e centros culturais **atendendo aos requisitos legais de acessibilidade e desenvolvendo ações de promoção da fruição cultural por parte das pessoas com deficiência.**

O acesso das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida aos espaços culturais, seus acervos e atividades deve ser viabilizado de duas maneiras:

- Adaptar o espaço físico;
- Oferecer bens e atividades culturais em formatos acessíveis.

A situação atual da meta é a seguinte: 1.520 museus apresentaram algum tipo de instalação/infraestrutura para atendimento de pessoas com deficiência (elevadores com cabine e portas de entrada acessíveis para pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida; rampa de acesso; sanitário adaptado; sinalização em braile; textos ou etiquetas em braile)<sup>1</sup>.

Outras medidas governamentais que ao longo dos anos têm impactado positivamente o setor museal brasileiro com repercussão sobre o tema da acessibilidade para pessoas com deficiência que podemos elencar são: a Política Nacional de Museus; o Plano Nacional Setorial de Museus, que na maioria dos seus eixos estruturantes e em todos os seus eixos setoriais a acessibilidade aparece como tema transversal; o Estatuto de Museus – Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009; o Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013, que regulariza o

1. Fonte: <http://pnc.cultura.gov.br/category/metas/29/> - acessado em 15/12/21.

Estatuto; e, a Política Nacional de Educação Museal, em que um dos seus eixos estabelece a necessidade de se promover a acessibilidade plena aos museus, com programas, projetos e ações educativas acessíveis.

O Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), autarquia federal e principal responsável pelas políticas públicas no setor museal, por sua vez, desenvolveu iniciativas para promover o tema da acessibilidade, seja com publicações, seja com cursos e oficinas voltados para os profissionais do setor.

Dois iniciativas merecem destaque: A publicação *Subsídios para a Elaboração de Planos Museológicos* e o *Programa Saber Museu*. A primeira iniciativa visou orientar e fornecer elementos para os museus brasileiros elaborarem seus planos museológicos, uma ferramenta fundamental para o planejamento estratégico dos museus, em que encontramos o Programa de Acessibilidade Universal. A segunda iniciativa contempla uma rica diversidade de temas relacionados ao setor museal e lança mão de um conjunto variado de materiais instrucionais, tais como publicações, vídeos, animações, *podcast*, cursos EAD (ensino a distância), disponíveis em diferentes plataformas virtuais, cujo público alvo são os profissionais que atuam em museus ou que queiram atuar, com destaque para estudantes de museologia e áreas afins. Abrange ainda a realização de capacitações presenciais pontuais, a serem realizadas por meio de parcerias. O Programa oferece um curso de EAD, “**Acessibilidade em Museus**”, com o objetivo de fornecer informações a respeito do tema e capacitar seus participantes a propor, acompanhar e avaliar adequações de acessibilidade universal e de acesso aos conteúdos patrimoniais desenvolvidas em suas instituições e projetos.



Museu Regional de São João del Rei, São João del Rei, Minas Gerais; créditos: Sylvana Lobo/Ibram

Com a eclosão da Pandemia da COVID-19, durante os anos de 2020 e 2021, os museus brasileiros se viram forçados a fechar devido às medidas sanitárias. Nesse período, impossibilitados de receberem público presencial, tiveram que recriar suas atividades. Os museus descobriram a *web* e espaços virtuais foram criados para que os públicos pudessem durante o isolamento social reencontrar o prazer da fruição da cultura, do aprendizado e da aquisição de conhecimento. Exposições virtuais, webinários, cursos, lançamentos de livros, visitas guiadas online, debates, vídeos educativos, entre outros, tornaram-se atividades essenciais para os museus interagirem com seus públicos e alcançarem outros. Eventos como a Semana Nacional de Museus e a Primavera de Museus foram fortes momentos de mobilização dos museus nessas modalidades de atividades virtuais.

Esses novos espaços de interação colocam questões contemporâneas para o tema da acessibilidade, em particular para a acessibilidade das pessoas com deficiência. Os tempos vindouros testemunharão os desdobramentos das iniciativas atuais e o desenvolvimento do tema da acessibilidade sob novos formatos e possibilidades.

De qualquer modo, o Brasil avançou muito tanto nas legislações que asseguram a acessibilidade quanto na reconfiguração de seus espaços museais para acolher as pessoas com deficiência, mas muito ainda resta a ser feito, como poderá ser visto abaixo na pequena amostra dos museus brasileiros representada pelos museus Ibram.



# Apresentação e fundamentação do projeto

Contribuir para que o conjunto dos museus da região ibero-americana sejam instituições abertas, democráticas e totalmente inclusivas é a aspiração que levou o Programa Ibermuseus, por meio do Observatório, a desenvolver um **instrumento de diagnóstico** com o qual avaliar a acessibilidade das instituições museológicas, possibilitando às organizações de gestão de museus nos países membros do Programa a geração e o gerenciamento de relatórios globais sobre o cumprimento dos padrões de boas práticas em acessibilidade.

Disponível em espanhol, em português de Portugal e em português do Brasil, **o diagnóstico** visa promover boas práticas de acessibilidade e remover barreiras. O Programa Ibermuseus avança, assim, no incentivo à implementação de políticas públicas que favoreçam a plena inclusão e contribuam para o cumprimento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (ODS4, ODS9, ODS10, ODS11 e ODS 16).

Isso porque parte-se do pressuposto de que um museu acessível é aquele que elimina as barreiras físicas sensoriais e intelectuais, sendo uma instituição aberta, democrática, cujas ações possam chegar a todas as pessoas. Por isso a acessibilidade tem sido objeto de levantamentos e estudos realizados pelo Ibermuseus por meio de várias ações.

Um dos projetos que abordam o tema é o **Registro de Museus Ibero-Americanos (RMI)** que consiste em um repositório que recolhe dados do panorama museológico de 18 países e envolve os mais de 10 mil museus que compõem o patrimônio museológico dos 22 países ibero-americanos<sup>2</sup>.

O tema da acessibilidade é, portanto, tratado na própria origem do RMI, que incluiu, em seu questionário de identificação de museus, perguntas sobre instalações para pessoas com deficiência, bem como uma referência às línguas em que o conteúdo do museu está disponível. Por sua relevância e premência no contexto museológico, a acessibilidade se tornou assunto a ser estudado de maneira específica por meio de outras ações circunscritas ao OIM. Assim nasceu a *Ferramenta de autodiagnóstico de acessibilidade para museus*.

<sup>2</sup>. Fonte: <http://www.iber museos.org/pt/acoes/observatorio-ibero-americano-de-museus/>

Exposição no Museu do Ouro, Sabará, Minas Gerais; créditos: Sylvana Lobo/Ibram



O projeto é resultado da estreita colaboração entre o Observatório Ibero-Americano de Museus e a Direção-Geral de Patrimônio Cultural de Portugal que, em seu histórico, conta com larga experiência e em muito contribuiu para a implementação da *Ferramenta*.

Partiu de uma etapa de pesquisa focada na definição dos diferentes aspectos a serem levados em consideração para que uma instituição museológica responda às necessidades de um público plural, abordando o conceito de acessibilidade em três áreas: deficiência, inclusão social e linguagem<sup>3</sup>.

Essa expertise de Portugal tem suas bases no lançamento, em 2004, de um manual sobre acessibilidade intitulado *Temas da Museologia: Museus e Acessibilidade*, publicado pelo Instituto Português de Museus (IPM).

Os primeiros contatos no sentido de apontar para as necessidades de sensibilização e formação dos dirigentes dos museus e das suas equipes relativamente à acessibilidade a cidadãos com deficiência foram feitos pelo IPM em conjunto com a Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social (FENACERCI) e com a Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO).

<sup>3</sup>. Fonte: <http://www.iber museos.org/pt/acoes/observatorio-ibero-americano-de-museus/ferramenta-de-autodiagnostico-de-acessibilidade-em-museus/>

A partir daí a colaboração se ampliou e envolveu outras instituições, que se associaram através de um acordo de colaboração para concretizar o Projeto Museus e Acessibilidade. Foi então redigido o manual de boas práticas que constituiu o ponto de partida do projeto, mas contou também com a formação das equipes dos museus e o acompanhamento dos Planos de Atividades Integradas que os museus puderam colocar em prática.

Cabe esclarecer que acessibilidade foi ali abordada num sentido *lato*, assim como agora proposto pelo OIM. Começando nos aspectos físicos e arquitetônicos – acessibilidade do espaço – mas indo muito além deles, uma vez que tocou outros componentes determinantes, como aspectos intelectuais e emocionais e acessibilidade da informação e do acervo.

Assim como no referido manual produzido pelo IPM em conjunto com seus parceiros, também as orientações fornecidas por meio da *Ferramenta de autodiagnóstico de acessibilidade para museus* não podem ser encaradas como obrigações e sim um alerta para aspectos que, espera-se, levarão à mudança das mentalidades e das atitudes dos profissionais. Isso não deve implicar necessariamente em custos acrescidos, mas pressupõe um trabalho conjunto e sistemático, dialógico e construtivo entre todas as partes implicadas, sejam os profissionais dos museus, os arquitetos, as pessoas com deficiências etc., pois é vista como a única forma de assegurar que as iniciativas melhor correspondam aos anseios e capacidades dos públicos<sup>4</sup>.

Nesse bojo, a *Ferramenta de autodiagnóstico de acessibilidade para museus*, além de ser **importante para a conscientização**, ao promover o autodiagnóstico ela permite:

- **Avaliar quantitativamente a acessibilidade** dos museus e **promover boas práticas inclusivas**. A identificação das questões a serem implementadas nos permite planejar ações com as quais se possam democratizar o acesso e o desfrute das instituições. Essas mudanças não precisam necessariamente envolver grandes investimentos ou estar em desacordo com a conservação do edifício e seus acervos, podendo ser limitadas a medidas simples.
- **Promover a formação de técnicos do museu**, por meio de inclusão de um glossário abrangente de terminologia e recursos acessíveis, bem como referências úteis.
- Realizar **estudos nacionais** e regionais sobre a acessibilidade dos museus e, com base no conhecimento do estado da questão, **incentivar os governos a desenvolver políticas públicas** para promover a acessibilidade.
- **Medir o impacto das medidas de estímulo adotadas**, através da comparação dos resultados da avaliação anual.

---

4. Fonte: <http://www.iber museos.org/wp-content/uploads/2020/05/museus-e-acessibilidade-por.pdf> (página 17 e 18)

Museu Lasar Segall, São Paulo, São Paulo; créditos: Sylvana Lobo/lbram



A *Ferramenta* é então composta por um simples questionário com 43 perguntas a serem respondidas numa seleção orientada, estruturada em **10 aspectos** que permitem avaliar se uma instituição é acessível. Esses aspectos intitulam cada bloco de perguntas, são eles: construção/edifício (6 perguntas); localização/sinalização (4 perguntas); exposições (8 perguntas); comunicação (5 perguntas); segurança (3 perguntas); consultoria/consulta (3 perguntas); formação/capacitação (3 perguntas); emprego/admissão de pessoal (2 perguntas); avaliação (4 perguntas); e gestão (5 perguntas).

Para melhor entendimento do questionário, há um **glossário**, além de seções voltadas para dar **sugestões de melhoria** e para disseminar **boas práticas**.

Foi então desenvolvida uma plataforma virtual que permite o preenchimento do questionário de forma *online* pelos museus, bem como o gerenciamento dos resultados (individuais e globais). Através dela, além dos próprios museus, também os países membros e o Programa Ibermuseum podem conhecer os resultados da avaliação e realizar relatórios comparativos. Isso porque a plataforma permite consultar os resultados de duas formas:

- **Resultados por museus:** permite consultar os museus participantes, estabelecendo filtros - país, região/estado, nome do museu, titularidade, tipologia de instituição, coleção, pontuação global obtida no diagnóstico etc. - e obter seus relatórios de resultados e gráficos específicos por museu.
- **Relatórios globais:** possibilita definir as amostras com relatórios agregados. O resultado oferece um retrato do estado da questão em matéria de acessibilidade do grupo selecionado. Permite ainda o *download* do relatório de resultados globais.

Para os museus, uma vez respondidas todas as perguntas, é possibilitado **consultar e baixar** (nos formatos *PDF* e Excel) o resumo dos seus resultados e a representação gráfica deles. Através do seu usuário, a instituição pode acessar o seu perfil e consultar esta informação sempre que o desejar.

Mais uma característica da *Ferramenta* é a possibilidade de atualização dos dados. Isso porque após um ano do preenchimento e finalização do questionário, o museu poderá preenchê-lo novamente, tendo a opção de consultar e comparar os resultados obtidos em ambos os exercícios.

É com essa metodologia e instrumentos que se espera promover o diálogo entre os governos, as instituições que os regem/normatizam e os próprios museus. Certamente crescerão os museus e se multiplicarão os espaços em que todos se sentirão melhor acolhidos, onde a ausência de barreiras físicas, sensoriais ou intelectuais constituirá seguramente um benefício para todos<sup>5</sup>.

5. Fonte: <http://www.iber museos.org/wp-content/uploads/2020/05/museus-e-acessibilidade-por.pdf> (página 18)

Museu da República,  
Rio de Janeiro, Rio  
de Janeiro; créditos:  
Sylvana Lobo/Ibram



# Acessibilidade nos museus Ibero-Americanos

Também no contexto brasileiro, a abordagem do tema perpassa a dimensão política da acessibilidade, estreitamente relacionada ao exercício da cidadania, a qual, para contemplar adequadamente a pluralidade e a diversidade dos modos de ser e de estar no mundo, implica a adoção de uma visão ampliada do conceito de acessibilidade.

Por esse caminho, percebe-se que os diversos níveis ou possibilidades de acesso são tratados na *Ferramenta de autodiagnóstico de acessibilidade para museus*, seja a acessibilidade aos códigos culturais, ou aos meios de produção cultural, a acessibilidade física, sensorial, cognitiva e informacional, e ainda a acessibilidade econômica e social.

É importante pontuar que esses vieses são contemplados uma vez que o tema da democratização e do acesso aos bens culturais não é novo e, por isso mesmo, ao longo do tempo passou e continua passando por sistemáticos processos de renovação dos pontos de vista conceitual, político, social, jurídico e tecnológico<sup>1</sup>.

## Institucionalidade

Ministério do Turismo – MTur  
Secretaria Especial de Cultura – Secult/MTur  
Instituto Brasileiro de Museus – Ibram/Secult/MTur

No âmbito do Brasil a atual estrutura governamental federal responsável pelo setor de museus se organiza da seguinte forma: o Ministério do Turismo, responsável pelas políticas públicas de Turismo, a qual a Secretaria Especial de Cultura está subordinada, e é responsável pelas políticas públicas de Cultura. A instituição responsável pela promoção e implementação de políticas públicas no setor de museus é o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), autarquia federal vinculada ao Ministério do Turismo e supervisionada pela Secretaria Especial de Cultura.

<sup>1</sup>. Fonte: [https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/07/acessibilidade\\_a\\_museu\\_miolo.pdf](https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/07/acessibilidade_a_museu_miolo.pdf) (página VII)

Na esfera federal ainda é necessário mencionar a atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que responde pela conservação, salvaguarda e monitoramento dos bens culturais brasileiros inscritos na Lista do Patrimônio Mundial e na Lista do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, bem como é responsável pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, composto por bens tombados, dentre os quais os edifícios em que funcionam vários museus públicos. O Ibram é, portanto, a instituição responsável pela elaboração do presente relatório.

## Regulamentos legais

Abaixo podem ser verificados os principais regulamentos legais aplicáveis aos museus no que diz respeito à acessibilidade:

- Lei nº 10.048 de 8 de novembro de 2000, Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000 e Decreto nº 5.296 de 2004: garantem o atendimento prioritário, acessibilidade física para pessoas com deficiência em diversas áreas como transporte, habitação, bens culturais imóveis e acesso à comunicação e informação;
- Decreto nº 6.949 de 25 de agosto de 2009: Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência;
- Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015: Lei Brasileira de Inclusão – LBI;
- Lei nº 11.904 de 14 de janeiro de 2009: Estatuto de Museus;
- Decreto nº 8.124 de 17 de outubro de 2013: Regulamentação do Estatuto de Museus.



Fachada Museu  
Regional de Caeté,  
Caeté, Minas Gerais;  
créditos: Sylvana  
Lobo/Ibram

Adequado aos propósitos de promover amplo acesso aos museus, o Ibram desenvolve um programa voltado para populações em risco de exclusão social, o Programa Pontos de Memória, que reúne um conjunto de ações e iniciativas de reconhecimento e valorização da memória social, de modo que os processos museais protagonizados e desenvolvidos por povos, comunidades, grupos e movimentos sociais, em seus diversos formatos e tipologias, sejam reconhecidos e valorizados como parte integrante e indispensável da memória social brasileira. Tem como objetivo principal contribuir para o desenvolvimento de uma política pública de direito à memória, com base no Plano Nacional Setorial de Museus e Plano Nacional de Cultura.

É um programa que visa ao atendimento dos diferentes grupos sociais do Brasil que não tiveram a oportunidade de narrar e expor suas próprias histórias, memórias e patrimônios nos museus já instituídos. Tem como beneficiária a sociedade e prioritariamente os povos, grupos, comunidades e populações em situação de vulnerabilidade social e com reduzido acesso aos meios de produção, registro, fruição e difusão de sua memória social e de seu patrimônio cultural, que requeiram maior reconhecimento de seus direitos humanos, sociais e culturais ou no caso em que estiver caracterizada ameaça a sua identidade cultural.

São princípios aplicados ao Programa Pontos de Memória (art.4º):

- a diversidade cultural e a universalidade do acesso à cultura;
- o respeito aos direitos humanos;
- a promoção da cidadania e reconhecimento do direito de todos os cidadãos à memória, às tradições, à arte e à cultura;
- a valorização da memória, do patrimônio cultural e ambiental como vetores do desenvolvimento sustentável;
- o protagonismo social e a participação democrática na valorização da memória social.

## Descrição da amostra recolhida para estudo

O Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) possui em sua estrutura organizacional 31 museus sob sua tutela. São instituições de diferentes perfis, com distintos acervos, variados públicos e com necessidades específicas relacionadas aos seus edifícios e atividades que os levem a serem acessíveis na amplitude que a palavra exige.

São ao todo 31 conjuntos arquitetônicos, todos eles com o edifício principal (sede) tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), sendo apenas um em nível municipal e os demais em nível federal, que preservam mais de 290.000 bens culturais e recebem mais de 1 milhão de visitantes por ano.

Assim, destaca-se que, de um universo de mais de 3.700 museus brasileiros, em que 450 são federais, a amostra do estudo é composta pelos 31 que estão sob a gestão do Instituto Brasileiro de Museus. Todos participaram do levantamento sobre acessibilidade usando a Ferramenta de autodiagnóstico de acessibilidade para museus oferecida pelo OIM.

Museu Casa da Hera	Museu do Ouro/Casa Borba Gato
Museu Casa da Princesa	Museu Forte Defensor Perpétuo
Museu Casa de Benjamim Constant	Museu Histórico Nacional
Museu Casa de Cláudio Souza	Museu Imperial
Museu Casa Geyer	Museu Lasar Segall
Museu Casa Histórica de Alcântara	Museu Nacional de Belas Artes
Museu da Abolição	Museu Palácio do Rio Negro
Museu da Inconfidência	Museus Raymundo Ottoni de Castro
Museu da República	Maya - Museu Chácara do Céu
Museu das Bandeiras	Museus Raymundo Ottoni de Castro
Museu das Missões	Maya - Museu do Açude
Museu de Arqueologia de Itaipu	Museu Regional Casa dos Ottoni
Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio	Museu Regional de Caeté
Museu de Arte Sacra da Boa Morte	Museu Regional de São João Del-Rei
Museu de Arte Sacra de Paraty	Museu Solar Monjardim
Museu do Diamante	Museu Victor Meirelles
	Museu Villa-Lobos

Os resultados ora apresentados servem como uma reflexão inicial necessária para o Ibram – e quiçá para o campo museológico brasileiro – posto que, sendo o acesso aos museus e seus acervos um dos princípios basilares da Museologia, é preciso avaliar e monitorar constantemente a situação das instituições frente ao tema e incentivar a adoção das ações necessárias ao seu desenvolvimento.



Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro; créditos: Sylvana Lobo/Ibram

# Resultados do estudo por tema e em geral

A seguir apresentam-se, de maneira sucinta e objetiva, os resultados obtidos por meio do uso da *Ferramenta de autodiagnóstico de acessibilidade para museus*. A metodologia adotada para a elaboração das tabelas e gráficos pautou-se pelo critério de apresentação clara e compreensível dos resultados. Por isso, foram criadas faixas percentuais de Cumprimento de Normas e Boas Práticas (CNBP) para os 31 Museus Ibram, uma vez que seria inviável expor nos eixos dos gráficos, de modo detalhado, cada resposta dos museus, ainda que se reconheça a riqueza de informações que estas guardam. Por isso, intenciona-se desenvolver um relatório mais robusto, voltado para os próprios museus participantes, de modo que estes tenham em mãos material que os incentive a implementar continuamente as melhorias necessárias.

As faixas percentuais das respostas foram criadas com intervalos de 20%, tornando a visualização e compreensão dos resultados mais fácil. No entanto, nos casos em que a resposta é idêntica ao limite superior de uma faixa, ela foi considerada naquela imediatamente acima. Assim, por exemplo, dados de 20% são incluídos na faixa de 20% a 40%, o mesmo se dando para as respostas 40%, 60% e 80% – sendo, portanto, 5 faixas percentuais possíveis: 0% a 20%; 20% a 40%; 40% a 60%; 60% a 80%; e 80% a 100%. Considerando a possibilidade de aprofundamento da leitura por cada interessado no presente relatório, a planilha geral de resultados segue em anexo, na qual se podem verificar os percentuais, por assunto, de cada museu.

## Edifícios

Média: 30,38%

Esse bloco é um dos que recebe mais atenção quando se trata do tema acessibilidade, pois é comum se pensar no assunto prioritariamente do ponto de vista físico.

Avaliando que se um museu não tem seu edifício acessível – no âmbito da *Ferramenta*, trata-se da facilidade de acesso e locomoção de pessoas com mobilidade reduzida e cadeirantes –, pressupõe-se que dificilmente haverá algum outro item de acessibilidade, visto que o próprio público alvo dessas políticas e ações já não se sente ou se vê contemplado.

Para análise dos resultados, destacamos 3 das 6 questões que compõem o bloco, quais sejam:

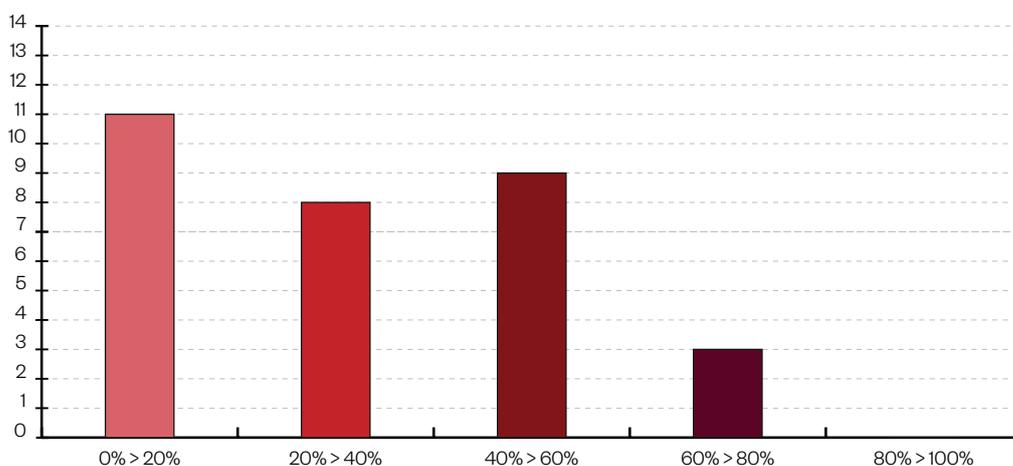
- “O acesso exterior ao Museu é seguro e confortável: existe estacionamento acessível?”
- “O percurso de acesso ao Museu está livre de obstáculos para pessoas com mobilidade reduzida e cadeirantes?”
- “Todo o percurso de visitação é acessível a pessoas com mobilidade reduzida?”

No conjunto dos 31 Museus Ibram, é preciso destacar que nenhum atingiu a faixa acima de 80% e que mais da metade (19) permaneceu abaixo de 40% no cumprimento de normas nesse item (ver Tabela 1 e Gráfico 1). No entanto, tratando-se especificamente das questões acima, em torno de 50 % dos museus atingiram parcialmente o nível de acessibilidade considerado ótimo.

**Tabela 1.** Número de Museus Ibram, segundo Cumprimento de Normas e Boas Práticas - CNBP em acessibilidade para Edifícios.

Faixas percentuais - CNBP Edifícios	Nº de Museus
0% > 20%	11
20% > 40%	8
40% > 60%	9
60% > 80%	3
80% > 100%	0

**Gráfico 1.** Número de Museus Ibram, segundo Cumprimento de Normas e Boas Práticas - CNBP em acessibilidade para Edifícios.



É preciso interpretar esses resultados considerando-se que, dos 31 edifícios sede dos Museus Ibram, todos são tombados – o que restringe as intervenções possíveis na estrutura/arquitetura dos edifícios. Esse resultado então corrobora a dificuldade de tratar o assunto acessibilidade quando há uma série de restrições, inclusive legais (ver tópico sobre Legislações e Normas), para adaptação das edificações. Acrescente-se que esses edifícios estão em sua grande maioria em áreas urbanas antigas que não permitem alterações em seu entorno. Portanto, dentro dessas limitações, os Museus Ibram apresentam de fato um desempenho

## Sinalização

mediano, que pode ser melhorado com obras pontuais para a adequação de espaços físicos para o uso de pessoas com deficiências e mobilidade reduzida que vêm sendo planejadas no âmbito do Programa Arquitetônico-Urbanístico dos Planos Museológicos dos Museus Ibram.

Média: 40,73%

Quanto à sinalização externa e interna do museu, no conjunto dos Museus Ibram, apenas oito apresentaram o cumprimento de normas acima de 60%, enquanto vinte deles ficaram abaixo de 40%.

Para melhor análise, destacam-se 2 das 4 questões que compõe esse bloco:

- “A sinalização externa possibilita boa visualização e permite identificar claramente o Museu?”
- “Existem mapas na entrada do Museu com indicação do percurso?”

Observa-se que o desempenho dos Museus Ibram nas questões acima foi um oposto ao outro: quase 75% dos museus consideraram a sinalização externa adequada ou parcialmente adequada, enquanto mais de 70% responderam negativamente quanto à existência de mapas.

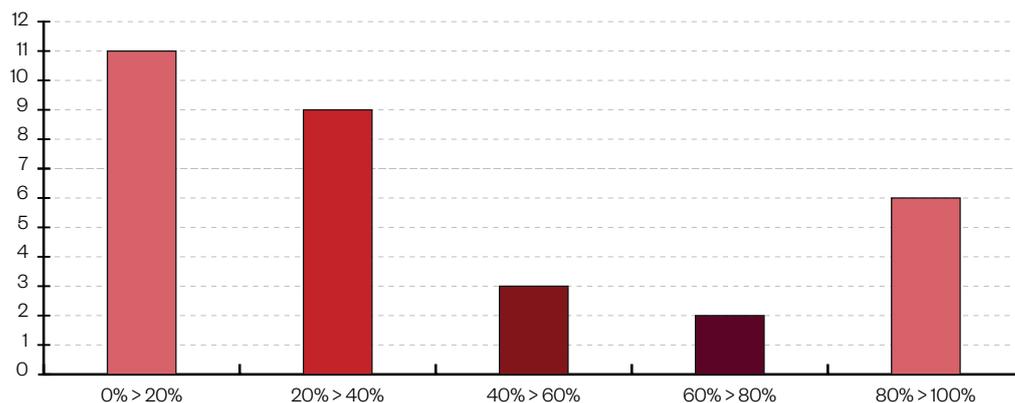
Já o desempenho geral tende a ser baixo quando consideramos o restante das questões, em que estão implicadas soluções técnicas de acessibilidade voltadas para o público com deficiência (ver Tabela 2 e Gráfico 2). Mas readequações pontuais que alterem a sinalização ou acrescentem onde falta podem ser feitas, assim como as soluções técnicas, desde que respeitadas as legislações e estruturas arquitetônicas dos prédios tombados.

Essas medidas, também concernentes ao Programa Arquitetônico-Urbanístico dos Planos Museológicos, quando tomadas, certamente melhorarão sensivelmente a sinalização nos Museus Ibram, cumprindo seu papel de desenvolver projetos de sinalização dos espaços físicos para facilitar a locomoção de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

Faixas percentuais - CNBP Sinalização	Nº de Museus
0% > 20%	11
20% > 40%	9
40% > 60%	3
60% > 80%	2
80% > 100%	6

**Tabela 2.** Número de Museus Ibram, segundo Cumprimento de Normas e Boas Práticas - CNBP em acessibilidade para Sinalização.

**Gráfico 2.** Número de Museus Ibram, segundo Cumprimento de Normas e Boas Práticas - CNBP em acessibilidade para Sinalização.



## Exposições

Média: 43,15%

O bloco Exposições buscou tratar de como as exposições são organizadas para atender também pessoas com mobilidade reduzida e deficiências.

Nesse quesito, 9 museus apresentaram percentual de cumprimento acima de 60%, enquanto outros 14 ficaram abaixo de 40% (ver Tabela 3 e Gráfico 3).

Para fins dessa análise, destacam-se 2 perguntas dentre as 8 propostas na *Ferramenta*, são:

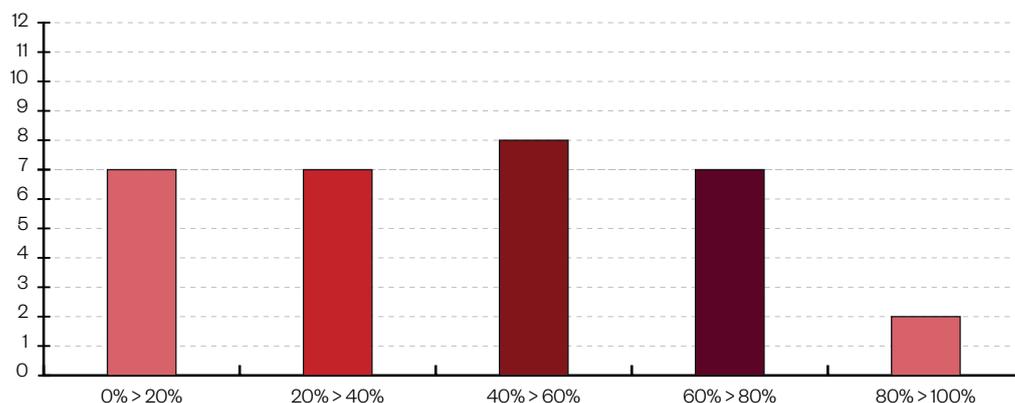
- “Todas as áreas de exposição são acessíveis a pessoas com mobilidade reduzida?”
- “As atividades destinadas ao público em geral são também acessíveis para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida?”

Quando se consideram as respostas especificamente para essas questões, verifica-se que há uma tendência na maioria dos museus em adequar as exposições, tornando-as mais acessíveis ao público com deficiência e mobilidade reduzida. Mas também aqui as restrições arquitetônicas e legais impõem limites. Acrescente-se, ainda, o fato de restrições orçamentárias impactarem na aquisição de recursos audiovisuais e de tradução de textos para línguas estrangeiras, outro aspecto de acessibilidade trabalhado pela *Ferramenta* no âmbito do bloco Exposições.

Faixas percentuais - CNBP Exposições	Nº de Museus
0% > 20%	7
20% > 40%	7
40% > 60%	8
60% > 80%	7
80% > 100%	2

**Tabela 3.** Número de Museus Ibram, segundo Cumprimento de Normas e Boas Práticas - CNBP em acessibilidade para Exposições.

**Gráfico 3.** Número de Museus Ibram, segundo Cumprimento de Normas e Boas Práticas - CNBP em acessibilidade para Exposições.



No contexto dos museus brasileiros, faz-se importante balizar as ações de exposição das instituições pelo Programa de Exposições dos Planos Museológicos dos museus Ibram, no qual devem ser consideradas soluções para os problemas de acessibilidade desde a concepção museográfica e expográfica, buscando melhor atender o público com deficiência e mobilidade reduzida.

## Comunicação

Média: 29,35%

No que tange à Comunicação, que aqui se trata de como a informação é disponibilizada para atender as pessoas com deficiência, 5 Museus Ibram apresentaram cumprimento igual ou superior a 80%, enquanto 22 ficaram abaixo de 40% (ver Tabela 4 e Gráfico 4).

Esses resultados são bastante díspares, o que pode revelar, talvez, dificuldades existentes desde a base das ações nessa área, como a ausência de profissionais de comunicação à frente desse trabalho em alguns museus, ou a falta de um plano de comunicação que contemple a diversidade de públicos da instituição.

Dentre as 5 perguntas desse bloco, se destaca a seguinte:

- “São consideradas as necessidades das pessoas com deficiência no acesso à informação?”

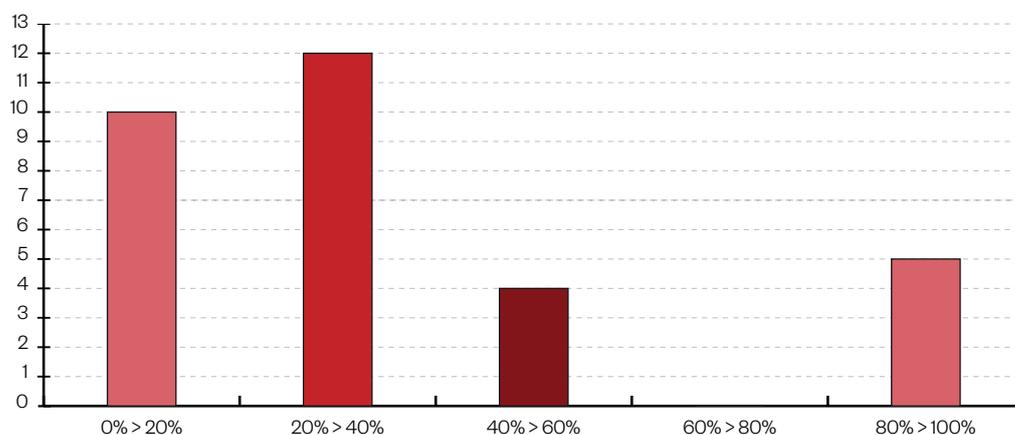
Considerando as respostas especificamente para essa questão, nota-se que a maioria dos Museus Ibram apresenta dificuldades em elaborar informações acessíveis às pessoas com deficiência. Novamente aqui as hipóteses quanto à ausência de profissionais de comunicação com conhecimentos sobre acessibilidade ou de um plano de comunicação inclusivo são cogitadas.

Esses aspectos podem ser trabalhados no âmbito do Programa de Comunicação dos Planos Museológicos dos museus, que ao realizar a etapa de diagnóstico, pode mapear as necessidades do público com deficiência e mobilidade reduzida e, assim, melhor atendê-lo no desenvolvimento da comunicação.

**Tabela 4.** Número de Museus Ibram, segundo Cumprimento de Normas e Boas Práticas - CNBP em acessibilidade para Comunicação.

Faixas percentuais - CNBP Comunicação	Nº de Museus
0% > 20%	10
20% > 40%	12
40% > 60%	4
60% > 80%	0
80% > 100%	5

**Gráfico 4.** Número de Museus Ibram, segundo Cumprimento de Normas e Boas Práticas - CNBP em acessibilidade para Comunicação.



## Segurança

Média: 31,72%

No tema Segurança, o foco encontra-se no atendimento às pessoas com mobilidade reduzida e deficiência em caso de emergência. Neste item, 5 Museus Ibram tiveram cumprimento acima de 60%, enquanto 17 ficaram abaixo de 40% (ver Tabela 5 e Gráfico 5).

Esse bloco é composto por 3 questões. Dentre elas, interessa aqui abordar a que quer saber quanto à acessibilidade das saídas de emergência, conforme abaixo:

- “As saídas de emergência são acessíveis a pessoas com mobilidade reduzida?”

Para essa questão, dois terços dos Museus Ibram responderam negativamente. Como já mencionado, esse resultado só pode ser compreendido diante do fato de a maioria dos museus estarem em edifícios tombados, em que, por limitações legais e arquitetônicas, há dificuldades em adequar as saídas de emergências.

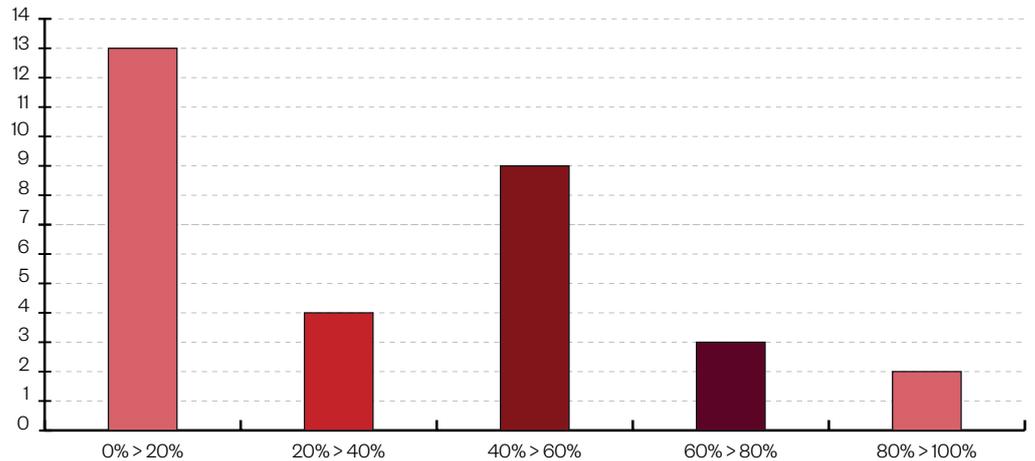
Em geral, quanto se tratando do tema Segurança no contexto dos museus, a tendência é que as atenções se voltem ao acervo e ao público em geral. Mas salienta-se que é necessário investir um olhar especial para o atendimento seguro às pessoas com mobilidade reduzida, o que muitas vezes exige compra de equipamentos específicos e treinamento especializado.

O Programa de Segurança dos Planos Museológicos é um meio adequado para elaborar as respostas de segurança voltadas para o público com deficiência e mobilidade reduzida.

**Tabela 5.** Número de Museus Ibram, segundo Cumprimento de Normas e Boas Práticas - CNBP em acessibilidade para Segurança.

Faixas percentuais - CNBP Segurança	Nº de Museus
0% > 20%	13
20% > 40%	4
40% > 60%	9
60% > 80%	3
80% > 100%	2

**Gráfico 5.** Número de Museus Ibram, segundo Cumprimento de Normas e Boas Práticas - CNBP em acessibilidade para Segurança.



## Consulta

Média: 28,5%

Quanto à Consulta às pessoas com deficiência acerca de serviços de acessibilidade, oito Museus Ibram apresentaram cumprimento acima de 60%, enquanto vinte e um tiveram desempenho abaixo de 40% (ver Tabela 6 e Gráfico 6).

O bloco possui 3 questões, das quais se destaca:

“O Museu realiza algum tipo de consulta junto às pessoas com deficiência?”

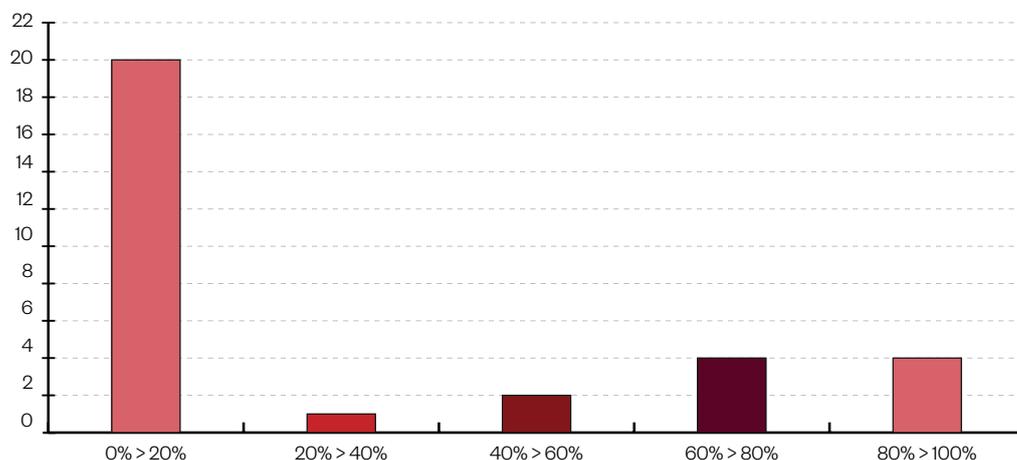
Dois terços dos museus responderam que não realizam consulta a esse público específico. Esse resultado atesta que a prática de consultar públicos específicos, principalmente o com deficiência, não faz parte do horizonte da maioria dos Museus Ibram. Caso sejam realizadas consultas direcionadas ao público em geral, sugere-se segmentar a consulta considerando os diversos públicos do museu, destacando itens em especial para abordar questões sobre acessibilidade. Ademais, considerando que consultar especificamente o público com deficiência é importante para verificar as boas práticas nessa área, pondera-se que esta é, em si, uma prática inclusiva, devendo ser realizada sempre que possível.

Novamente o Programa de Comunicação dos Planos Museológicos é de suma importância, tratando das relações entre os museus e os seus públicos.

**Tabela 6.** Número de Museus Ibram, segundo Cumprimento de Normas e Boas Práticas - CNBP em acessibilidade para Consulta.

Faixas percentuais - CNBP Consulta	Nº de Museus
0% > 20%	20
20% > 40%	1
40% > 60%	2
60% > 80%	4
80% > 100%	4

**Gráfico 6.** Número de Museus Ibram, segundo Cumprimento de Normas e Boas Práticas - CNBP em acessibilidade para Consulta.



## Capacitação

Média: 20,43%

O bloco Capacitação indaga sobre a realização de capacitações voltadas para acessibilidade. Dos 31 Museus Ibram, seis museus apresentaram cumprimento acima de 60%, enquanto vinte e quatro ficaram abaixo de 40%, sendo vinte e um deles abaixo de 20% (ver Tabela 7 e Gráfico 7). Mas destaca-se que 1 museu obteve resultado acima de 80%.

Também com 3 questões, a pergunta abaixo traz uma leitura mais detalhada do cenário dos respondentes quanto a esse tema:

- “Existe oferta regular de capacitação sobre visitantes com deficiência e mobilidade reduzida?”

Quase 75% dos Museus Ibram responderam negativamente a essa questão. Por se tratar de uma capacitação com um tema bastante específico era esperado que o percentual de respostas negativas fosse elevado. Entende-se que essa situação pode ser melhorada ou mesmo solucionada com a realização regular de cursos ou treinamentos anuais da equipe dos museus que versem sobre acessibilidade com foco em pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

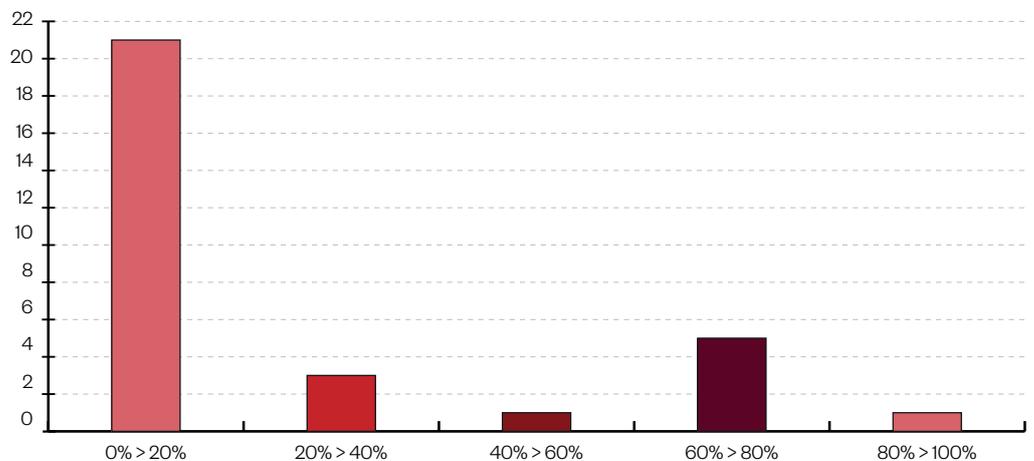
Essa necessidade de capacitação pode ser planejada e organizada por meio do Programa Institucional do Plano Museológico de modo que essa necessidade seja visibilizada e apresentada pelos entes públicos responsáveis pelos museus, no caso dos Museus Ibram, o próprio Instituto.

Lembrando que há curso específico destinado à capacitação em Acessibilidade disponível por meio do Programa Saber Museu, o curso *Acessibilidade em Museus*, aberto à participação de qualquer cidadão interessado, incluindo os próprios servidores do Ibram.

**Tabela 7.** Número de Museus Ibram, segundo Cumprimento de Normas e Boas Práticas - CNBP em acessibilidade para Capacitação.

Faixas percentuais - CNBP Capacitação	Nº de Museus
0% > 20%	21
20% > 40%	3
40% > 60%	1
60% > 80%	5
80% > 100%	1

**Gráfico 7.** Número de Museus Ibram, segundo Cumprimento de Normas e Boas Práticas - CNBP em acessibilidade para Capacitação.



## Admissão de pessoal

Média: 21,77%

Quando se trata da Admissão de pessoas com deficiência para trabalhar em museus públicos, o tema se torna sensível e mais complexo, visto que os caminhos diferem em muito daqueles adotados por museus privados. No âmbito deste levantamento, seis Museus Ibram tiveram cumprimento acima de 60% e outros vinte e dois ficaram abaixo de 20% (ver Tabela 8 e Gráfico 8).

O bloco possui apenas 2 perguntas, das quais se destaca:

- “O Museu contrata funcionários com deficiência? Em caso positivo, são consultados sobre a acessibilidade?”

Especificamente nessa questão, mais de 80% dos Museus Ibram responderam negativamente. Como dito anteriormente, isso se dá pelo simples fato de serem museus públicos federais, em que há um regime peculiar de contratação, em que os trabalhadores – servidores e empregados públicos – são contratados por meio de concurso público. E o concurso público é um expediente que se realiza

em grandes intervalos de anos, além de prever um contingente necessário e preestabelecido de pessoas com deficiência (mínimo de 5%, conforme Decreto nº 9.508, de 24 de setembro de 2018). No caso específico do Ibram, há mais de 10 anos não se realiza um concurso público. Esses aspectos se tornam dificuldades para a contratação de profissionais em geral, especialmente com deficiência.

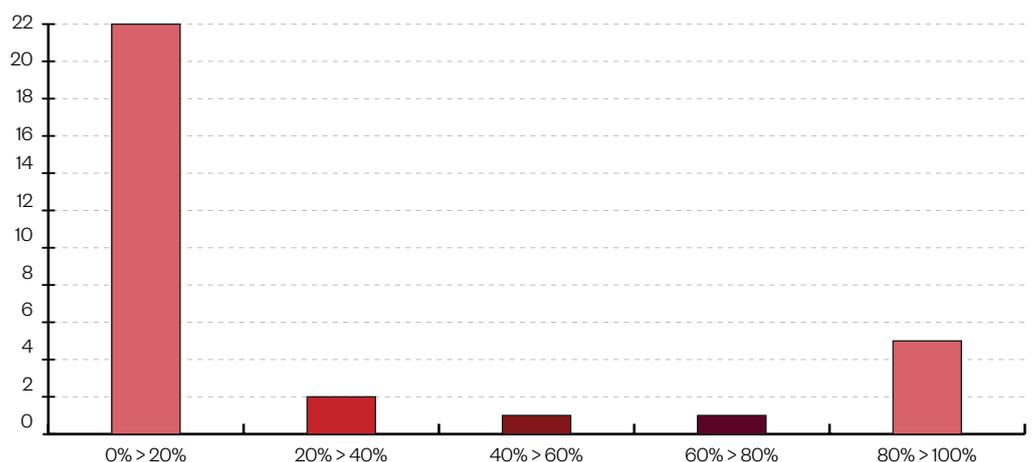
Uma outra possibilidade de composição da força de trabalho em museus públicos é a contratação por meio de licitação, especialmente para serviços de apoio administrativo, limpeza, manutenção e segurança ao museu. No edital licitatório pode-se colocar como cláusula um percentual mínimo exigido de pessoas com deficiência. Mas destaca-se que, de todo modo, esses empregados não pertencem ao quadro efetivo do museu ou da instituição pública à qual ele pertence, no caso dos Museus Ibram, o próprio Instituto.

Por meio do Programa de Gestão de Pessoas dos Planos Museológicos é possível identificar o quantitativo de funcionários com deficiência ou mobilidade reduzida que poderiam ser contratados por concurso público ou licitação de empresa prestadora de serviços para comporem o quadro geral de trabalhadores do museu.

**Tabela 8.** Número de Museus Ibram, segundo Cumprimento de Normas e Boas Práticas - CNBP em acessibilidade para Admissão de Pessoal.

Faixas percentuais - CNBP Admissão de Pessoal	Nº de Museus
0% > 20%	22
20% > 40%	2
40% > 60%	1
60% > 80%	1
80% > 100%	5

**Gráfico 8.** Número de Museus Ibram, segundo Cumprimento de Normas e Boas Práticas - CNBP em acessibilidade para Admissão de Pessoal.



## Avaliação

Média: 50,8%

No bloco sobre Avaliação, no qual se trata sobre a prática de realizar a avaliação dos serviços e ações de acessibilidade do museu, treze Museus Ibram

apresentaram cumprimento acima de 60%, enquanto 12 ficaram abaixo de 40% (ver Tabela 9 e Gráfico 9).

Das cinco perguntas desse bloco, destaca-se a seguinte questão:

- “O Museu realiza avaliação sobre seus espaços, serviços e ações (exposições, comunicação, atividades etc.)?”

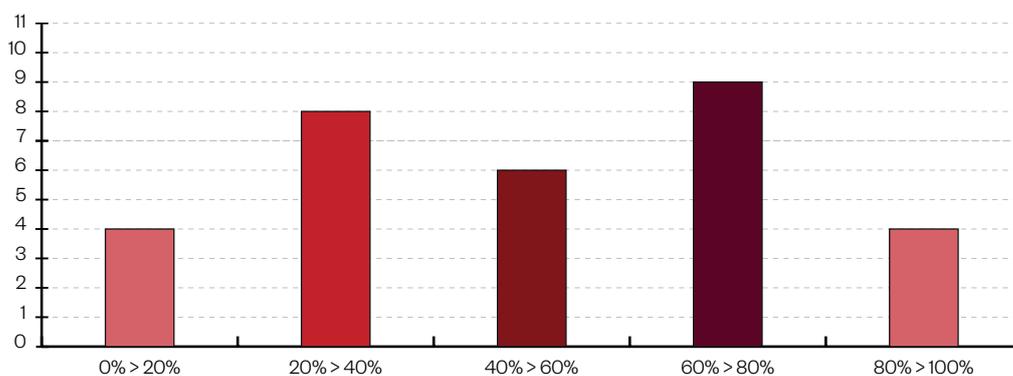
Quase todos os museus afirmaram realizar alguma avaliação sobre seus serviços e ações. Percebe-se que Avaliação é o assunto em que os museus apresentam os melhores resultados. Isso é bastante relevante. Demonstra uma preocupação com o atendimento ao público e sua experiência, além de trazer subsídios ao enfrentamento dos problemas encontrados.

Mesmo nesse item em que houve um bom desempenho de praticamente todos os respondentes, ainda se pode melhorar, tornando especificamente o tema acessibilidade um dos pontos a serem considerados na prática avaliativa dos museus.

**Tabela 9.** Número de Museus Ibram, segundo Cumprimento de Normas e Boas Práticas - CNBP em acessibilidade para Avaliação.

Faixas percentuais - CNBP Avaliação	Nº de Museus
0% > 20%	4
20% > 40%	8
40% > 60%	6
60% > 80%	9
80% > 100%	4

**Gráfico 9.** Número de Museus Ibram, segundo Cumprimento de Normas e Boas Práticas - CNBP em acessibilidade para Avaliação.



## Gestão

Média: 27,82%

Quando se trata do tema acessibilidade como tópico da gestão do museu, seis Museus Ibram apresentaram cumprimento igual ou superior a 60%, enquanto vinte e um ficaram abaixo de 40% (ver Tabela 10 e Gráfico 10). Nota-se que dois obtiveram resultados iguais a 80%.

Destaca-se a questão abaixo dentre as 5 que compõem o bloco Gestão:

- “O Museu tem uma política de acessibilidade e inclusão? O conteúdo está disponível na internet?”

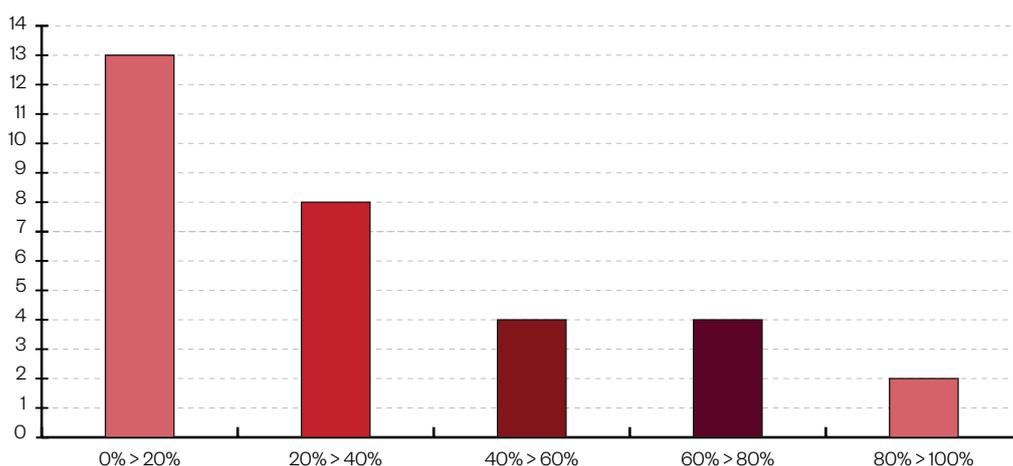
Quase dois terços dos museus responderam negativamente a essa questão. Pode-se interpretar esse resultado como uma dificuldade da gestão do museu em partir das ações pontuais de acessibilidade para considerar o tema como uma dimensão permanente de seus planejamentos anuais e estratégicos.

Nesse aspecto, ressalta-se que o Programa de Acessibilidade Universal dos Planos Museológicos é de suma importância para a constituição e execução de uma política de acessibilidade e inclusão ao considerar o horizonte da acessibilidade universal como parâmetro para a elaboração de todos os demais Programas do Plano Museológico, tornando a acessibilidade universal uma preocupação que perpassa todas as áreas do museu. Por isso se recomenda que, na elaboração de seu planejamento estratégico, o museu comece por essa temática.

**Tabela 10.** Número de Museus Ibram, segundo Cumprimento de Normas e Boas Práticas - CNBP em acessibilidade para Gestão.

Faixas percentuais - CNBP Gestão	Nº de Museus
0% > 20%	13
20% > 40%	8
40% > 60%	4
60% > 80%	4
80% > 100%	2

**Gráfico 10.** Número de Museus Ibram, segundo Cumprimento de Normas e Boas Práticas - CNBP em acessibilidade para Gestão.



## Resultados gerais: Cumprimento de Normas e Boas Práticas (CNBP)

Quanto ao cumprimento geral de normas e à adoção de boas práticas de acessibilidade (aqui abordados com a sigla CNBP – Cumprimento de Normas e Boas Práticas), considerando-se o cálculo com ponderações (Edifícios e Exposições têm pesos maiores), observa-se que não houve resultado igual ou acima de 80%. Levando-se em conta todos os blocos de perguntas e seus respectivos resultados, quatro Museus Ibram obtiveram percentual geral acima de 60%, enquanto vinte ficaram abaixo de 40%. Dentre esses, dez museus ficaram abaixo de 20% (ver Tabela 11 e Gráfico 11).

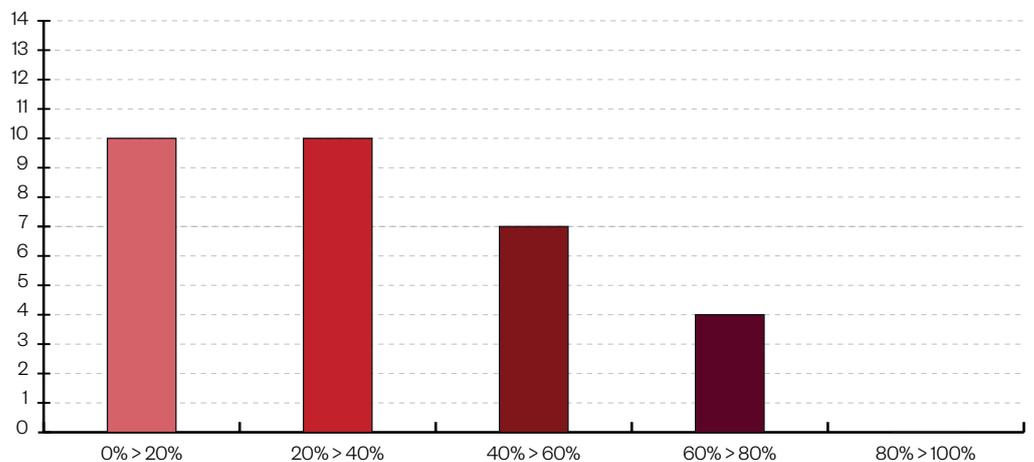
Como dito anteriormente, o fato dos museus estarem estabelecidos em edifícios tombados dificulta muito a realização de ações e adoção de medidas para promoção da acessibilidade para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Os dados gerais demonstram o quanto isso impacta significativamente nos resultados obtidos. Com efeito, a média ponderada de conformidade com o CNBP em acessibilidade dos 31 museus é de 33%.

No entanto, vislumbra-se a possibilidade de melhoria desses resultados em futuras pesquisas uma vez que a temática da acessibilidade universal seja considerada nos Planejamentos Estratégicos dos Museus Ibram.

**Tabela 11.** Número de Museus Ibram, segundo resultado final de Cumprimento de Normas e Boas Práticas - CNBP em acessibilidade.

Cumprimento de Normas e Boas Práticas - Resultado Final	Nº de Museus
0% > 20%	10
20% > 40%	10
40% > 60%	7
60% > 80%	4
80% > 100%	0

**Gráfico 11.** Número de Museus Ibram, segundo resultado final de Cumprimento de Normas e Boas Práticas - CNBP em acessibilidade.



# Sugestões de melhoria

Por meio da *Ferramenta de autodiagnóstico de acessibilidade para museus* aplicada com os Museus Ibram, foi possível identificar alguns dos principais assuntos e sugestões de melhoramentos voltados à promoção da acessibilidade especificamente para a presente amostra, quais sejam:

## **Edifício:**

- Construção de rampa de acesso;
- Alargamento do portão principal;
- Instalação de corrimãos, pisos táteis, elevatórias, rampas e elevadores.

## **Sinalização**

- Elaboração de projeto de sinalização;
- Instalação de placas adaptadas;
- Elaboração de projeto de programação visual;
- Confecção de mapa de indicação de percurso.

## **Exposições**

- Contratação de tradutores inglês/português, Braille e Libras para os textos das exposições de longa duração e para divulgação dos textos dos museus (como aqueles com a história do museu e seu acervo);
- Aquisição de réplicas táteis (em alto-relevo) de algumas peças do acervo;
- Elaboração de textos traduzidos para língua estrangeira;
- Disponibilização de objetos táteis, recursos audiovisuais e adequação de textos e legendas;
- Elaboração de projeto de revitalização de expografia.

## **Comunicação**

- Contratação de profissional de comunicação para adaptação e divulgação dos textos dos museus dentro das normas orientadoras voltadas para acessibilidade;
- Elaboração de material de divulgação que contemple serviços de acessibilidade;
- Citar os serviços acessíveis em todo o material de divulgação.

## **Segurança**

- Providenciar saídas de emergência;
- Treinamento e instalação de avisos sonoros.

## **Consulta**

- Realizar consultas voltadas para pessoas com deficiência.

**Admissão  
de pessoal**

- Estimular empresas terceirizadas a contratarem funcionários com deficiência;
- Solicitar concurso público para pessoas com deficiência.

**Gestão**

- Implementar política de acessibilidade;
- Destinação específica de verba para ações de acessibilidade;
- Formalizar a política de acessibilidade nos museus.



# Seleção de exemplos de boas práticas de acessibilidade.

Os Museus Ibram relataram várias ações de acessibilidade consideradas de boas práticas. Dentre elas, destacam-se as que seguem abaixo.

## Visita mediada “Violências históricas”, com experiência tátil

### Museu

Museu Histórico Nacional

### Descrição da atividade

O museu possui circuito elaborado por um educador cego com inclusão de maquetes táteis, adquiridas em 2016. Essa ação mostra que não apenas a pessoa com deficiência tem acesso ao conhecimento por meio do uso das maquetes táteis, como também aos espaços de produção e difusão de significado, sendo considerado, portanto, um exemplo bastante interessante e atual de inclusão e promoção da acessibilidade.

O museu ainda apresenta outras práticas de acessibilidade desenvolvidas, com destaque para: 1. Formação sistemática com equipe interna do MHN sobre acessibilidade (sensibilização e treinamento da equipe); 2. Realização de visitas mediadas com grupo de pessoas com deficiência intelectual, com uso de objetos mediadores (atividades sensoriais - acontecem ao longo do ano); 3. Visitas mediadas com tradução em Libras (oferecido mensalmente); 4. Curso de Educação Museal e Acessibilidade (realizado em 2020).



Leonardo Oliveira, educador cego do MHN, faz visita mediada para grupo da Associação Fluminense de Amparo aos Cegos (AFAC), de Niterói, ao lado de uma reprodução tátil da exposição. Créditos: Núcleo de Educação (NuEdu)/Museu Histórico Nacional/Ibram

## O Clube do Livro Acessível

Museu	Museu Imperial
Descrição da actividade	<p>A Biblioteca do museu é responsável pela iniciativa “O Clube do Livro Acessível”, que visa incluir o público leitor com algum tipo de deficiência visual na utilização da biblioteca por meio da disponibilização de materiais e atividades em formatos adaptados às suas necessidades. O projeto é realizado como uma forma de atrair a comunidade local e estimular a leitura.</p> <p>O que se percebe é que a disponibilização de livros em formatos acessíveis abre portas para muitas pessoas que não têm outros meios de acesso ao conteúdo da biblioteca e, provavelmente, não teriam como arcar com os custos das traduções por meios próprios. Além disso, a iniciativa cria novas possibilidades de interação ao proporcionar as atividades para esses grupos e pessoas com deficiência visual. As interações acontecem tanto com o espaço do museu como entre os próprios interessados e participantes.</p>

## Curso de Extensão universitária em Formação Inicial e Continuada

Museu	Museu Victor Meirelles
Descrição da actividade	<p>Por meio de uma parceria, o Museu Victor Meirelles realizou o Curso de Extensão Universitária em Formação Inicial e Continuada - Libras Básico (80 horas). Participaram do Curso funcionários e estagiários do Museu e de outras instituições museológicas e culturais de Florianópolis.</p> <p>O museu encontrou na formalização de parceria – que não envolveu custos – uma solução viável e sustentável para promover a acessibilidade e, adicionalmente, para criar boas relações institucionais, o que tem por si o potencial de gerar outras iniciativas desse tipo.</p>

# Comentários e considerações de desempenho

Primeiramente, é interessante observar que nenhum museu teve desempenho nulo, isto é, sem pontuar nas questões apresentadas na *Ferramenta*. Ainda que não seja possível desconsiderar uma média geral baixa e com desempenho entre cada museu bastante variado, é preciso fazer notar que todos os Museus Ibram lidam com a acessibilidade em alguma medida, desde uma abordagem pontual ou periférica, até a promoção de iniciativas elaboradas.

Avalia-se que várias são as causas para esse desempenho: desde limitações em adaptar edifícios tombados – talvez essa possa ser citada como a principal causa –, passando pela limitação de recursos humanos e orçamentários, até à dificuldade em abordar a acessibilidade como tema transversal por todas as áreas dos museus; e esta sendo vista como universal e não somente ligada aos aspectos físicos.

Também se percebe que os assuntos em que houve pior desempenho médio entre os Museus Ibram foram Admissão de pessoal, Capacitação e Consulta, com média abaixo de 26%.

A questão específica da admissão de pessoal nos Museus Ibram passa pela realização de concursos públicos ou por processo de licitação, fatores que fazem o tema fugir à capacidade dos museus para mitigá-los. Ademais, as restrições orçamentárias têm um impacto grande na realização de concursos públicos e na contratação de empresas, o que dificulta ainda mais a abordagem do problema. Do mesmo modo, essas restrições impactam no investimento em capacitação dos profissionais dos museus, e esta, no desenvolvimento de ferramentas de consulta que verdadeira e adequadamente abranjam as questões de acessibilidade. Observa-se então que, de modo geral, os temas se intercambiam, colaborando ou atravancando (às vezes até mesmo impedindo) seu desenvolvimento e aplicação.

Quanto à *Ferramenta* em si, registra-se aqui sua ampla capacidade de colher dados precisos sobre a acessibilidade nos museus, permitindo àqueles que já tenham características natas acessíveis responderem às questões com a mesma acurácia e opções de resposta disponíveis aos que não dispõem dos instrumentos/adaptações para serem realmente acessíveis. Isso fica claro, por exemplo, no quesito Edifícios, em que a *Ferramenta* considera a possibilidade dos

museus não necessitem especificamente de alguma adaptação por já terem uma configuração acessível. Essa é uma vantagem do questionário que abrange e deixa claro que as perguntas e as opções de respostas se aplicam aos casos em que as adaptações são necessárias e também nos que não são.

Espera-se que os resultados obtidos possam trazer uma melhor percepção das problemáticas a serem enfrentadas, bem como resultem em valorização e multiplicação das ações e boas práticas já em uso pelos Museus Ibram.



# Conclusões e recomendações gerais

Pode-se, de maneira geral, especular em relação às condições que levam aos resultados obtidos. Conclui-se que uma primeira possibilidade é que a acessibilidade, comumente, não está presente desde o planejamento do museu, na sua concepção, entrando como uma característica posterior para atender uma demanda quando ela se materializa pelo usuário com deficiência ou mobilidade reduzida, por ação do Ministério Público ou por demandas/exigências de outras instâncias públicas. Essa hipótese se confirma ao analisar o universo dos museus pesquisados, que têm sua proteção legal focada na conservação do patrimônio, quando da readequação para uso museológico, e esta colocada como anterior às principais leis de acessibilidade a bens culturais no país.

Outra possibilidade que merece ser explorada é a falta de qualificação de pessoal, tanto para o planejamento do museu, como também para a busca de soluções para superação de barreiras. Há um desafio claro e central que é a complexidade da temática acessibilidade, que demanda ampliação metodológica e alcance abrangente, além de contínua e frequente atualização.

Um dos meios para essa ampliação é sua compreensão enquanto tema transversal na efetividade do Plano Museológico dos museus, sendo essencial a sensibilização para todas as equipes. Nesse âmbito, ela deve ser compreendida em sua completude, enquanto ação comunicacional, sensorial, informativa e atitudinal, extrapolando o entendimento limitante da acessibilidade apenas enquanto questão física. Essas estratégias devem ser resultado de um processo de diagnóstico e análise que permita ações de curto, médio e longo prazo, objetivando sua efetividade em diferentes frentes e diferentes cenários.

No que se relaciona à superação de barreiras físicas, fica claro nos resultados que o tombamento dos edifícios pode oferecer limitações nas intervenções arquitetônicas. Mas enfatiza-se que não implica em impedimentos, sendo o desafio compatibilizar as demandas de acesso com a preservação. Uma possibilidade na viabilização dessa demanda pode ser a disponibilidade de profissionais especializados para lidar com patrimônio tombado e acessibilidade, considerando seu uso museológico. A dificuldade está nas contratações, que nem sempre seguem o regime mais adequado. As especificidades de natureza técnica e institucional dos museus devem ser consideradas para escolha da modalidade de licitação. Assim sendo, a contratação de empresas deve ter como premissa

a necessária especialização em seu respectivo tipo de serviço, sendo tratados como serviços técnicos especializados que são.

Ainda quanto aos efeitos do tombamento na acessibilidade dos edifícios dos museus, é importante evitar generalizações, pois cada projeto é um caso único, podendo apresentar diferentes níveis de soluções de acessibilidade para o atendimento do programa de necessidades do museu.

De forma macro, há que se encarar e debater o tombamento de maneira que se ultrapasse o aspecto limitador que as ações de acessibilidade física trazem, seja no debate das modificações de características do imóvel ou na adoção de soluções mais simples e econômicas. E ampliar esse debate para o entorno e acesso desses museus. Em geral, quando se trata do tema Segurança no contexto dos museus, a tendência é que as atenções se voltem ao acervo e ao público em geral. Mas salienta-se que é necessário investir um olhar especial para o atendimento seguro às pessoas com mobilidade reduzida, o que muitas vezes exige compra de equipamentos específicos e treinamento especializado.

Assim, diante dos resultados apresentados, entende-se como necessário o aprofundamento do tema da acessibilidade no âmbito dos Museus Ibram. Isso significa compreender a acessibilidade em um sentido mais amplo, como um tema transversal nas práticas cotidianas dos museus. Para tanto, não há expediente mais apropriado do que o Plano Museológico. Nele, o Programa de Acessibilidade Universal ganha destaque para a constituição e execução de uma política de acessibilidade e inclusão ao considerar o horizonte da acessibilidade universal como parâmetro para a elaboração de todos os demais Programas do Plano Museológico, sendo ela uma preocupação que perpassa todas as áreas do museu.



# Glossário

## Acessibilidade

Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados, de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

## Acessibilidade cognitiva

Propriedade que têm os espaços, objetos, ferramentas, serviços, processos e ambientes, que os tornam fáceis de compreender. Um ambiente com acessibilidade cognitiva garante uma experiência confortável, segura e compreendida por todos.

## Acesso alternativo para pessoas com mobilidade reduzida

Percurso com rampas de inclinação não superior a 8% (em caso de rampa com comprimento superior a 3 metros, a inclinação não deve ser superior a 6%), com corrimãos ou guardas, ou complementadas por escadas rolantes e/ou elevadores.

## Anel de indução magnética

Sistema de som destinado a pessoas com perda auditiva, que usam aparelhos auditivos. O sistema capta o som na fonte e transmite-o diretamente para os aparelhos auditivos, oferecendo um som nítido e isolado dos ruídos produzidos pelo ambiente.

## Audiodescrição

Técnica utilizada para descrever e dar informações sobre imagens estáticas (como uma pintura) ou em movimento (como uma peça de teatro ou um filme). Assim, pessoas cegas ou com baixa visão podem compreender o objeto, criando uma imagem mental.

## Braille

Sistema de leitura e escrita tátil para pessoas cegas, baseado na combinação de seis pontos em relevo, impressos em papel especial. A presença ou ausência de pontos estabelece composições que representam letras e sinais de pontuação, de modo a construir palavras num texto.

## Elevadores adaptados

Devem ter as seguintes características:

- Porta - com 80 cm de largura, pelo menos;
- Botoneira - com altura não superior a 1,20 m e com numeração em relevo e Braille;
- Alarme;
- Dispositivo de segurança que mantém a porta aberta num mínimo de 1,5 segundos, após a presença ser detectada;

- Intercomunicador dentro da cabine;
- Informação luminosa e sonora sobre os pisos;
- Barra de apoio num dos lados a uma altura entre 87 cm e 92 cm.

### Equipamento interativo

Dispositivo portátil, que assiste e orienta o usuário, transmitindo informação através de múltiplos meios: texto, imagem, vídeo e áudio. É considerado tanto mais acessível, quanto permita um acesso adaptável à diversidade de condições físicas ou sensoriais.

### Escrita simples / leitura fácil

Método de redação de textos que permite uma leitura fácil e torna a informação acessível a um maior número de pessoas com diferentes idades, graus de escolaridade, cultura ou dificuldades de compreensão. A escrita simples é mais acessível às pessoas que não são especialistas de um determinado assunto, pessoas que não dominam a língua em que o texto está escrito, às crianças, às pessoas surdas, às pessoas com deficiência intelectual ou com redução cognitiva (devida à idade ou doença). Os textos em escrita simples devem usar uma linguagem próxima do cotidiano, sem perder o rigor científico da informação. Preferível que se utilize um tipo de letra com tamanho e cor que permita uma leitura fácil, alinhado à esquerda e com separação entre parágrafos.

### Informação multissensorial

Informação que aciona todos os sentidos ao longo de um percurso: objetos para ver (legendas com letras ampliadas), cheirar, ouvir, tocar (maquetes, plantas em relevo e imagens em alto-relevo, bem como textos impressos em Braille) e saborear (quando pertinente).

### Percurso acessível

Deve ter as seguintes características:

- Pavimento sem desníveis (em caso de existência, implantar alternativas como rampa, elevador etc.) e antiderrapante (tanto para ambientes secos como molhados);
- Mobiliário ou objetos que podem ser detectados com a bengala para cegos;
- Portas de abertura automática, dobráveis ou de correr (na sua ausência, os puxadores devem estar a uma altura adequada (entre 85 cm – 105 cm));
- Superfícies envidraçadas devem ser assinaladas com faixas bem visíveis;
- Pisos e portas com contraste cromático para facilitar a orientação de pessoas com visão reduzida;
- Piso tátil.

### Pessoa com mobilidade reduzida

Aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso.

### Piso tátil

Faixas guia em alto-relevo, em material diferenciado do piso, que possibilitam às pessoas cegas ou com baixa visão, se guiarem ao longo do percurso.

Sistemas aumentativos e alternativos de comunicação

Conjunto de técnicas, estratégias e auxílios que facilitam o contato com indivíduos que têm dificuldades de comunicação (por exemplo: pessoas com autismo, com deficiência intelectual ou com acidentes vasculares cerebrais). O Sistema Pictográfico para a Comunicação (SPC) é um deles.

Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)

Recurso que oferece numerosas possibilidades no campo da acessibilidade. Desenvolvidas seguindo os princípios do desenho universal, respondem às necessidades da globalidade das pessoas.

Transtorno do Espectro do Autismo (TEA)

Perturbação neurológica do desenvolvimento que dificulta a maneira como uma pessoa interpreta a língua, se comunica e interage socialmente. Costuma ser acompanhado de padrões restritivos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades.

Web Content Accessibility Guidelines WCAG 2.1

Recomendações internacionais sobre design acessível de páginas da internet. Dentre outros assuntos, preconiza: navegação fácil por meio do teclado, mouse ou outro aparelho; informação relevante em escrita simples; conteúdos apresentados de forma lógica e clara; informação disponibilizada em multiformato (por exemplo, imagens descritas e material vídeo legendado).

Quadro normativo essencial

Convenção internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Acessibilidade e Direitos humanos

# Bibliografia

COHEN, Regina; DUARTE, Cristiane e BRASILEIRO, Alice. *Acessibilidade a Museus*. Brasília, DF: Ibram/MinC, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. *Subsídios para a elaboração de Planos Museológicos*. Brasília, DF: Ibram/MinC, 2016.

Lei nº 13.146/2015 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

NBR 9050:2004 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

NBR 13994 – Elevadores de Passageiros – Elevadores para Transportes de Pessoa Portadora de Deficiência.

NBR 16001:2012 - Responsabilidade social – Sistema da gestão – Requisitos.

NBR 15599:2008 - Acessibilidade - Comunicação na prestação de serviços.

